



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CDC**

**REQUERIMENTO Nº DE 2019
(Do Sr. IVAN VALENTE)**

Requeiro a V. Ex^a, com base no art 255 do Regimento Interno que, ouvido esse plenário, adote as providências necessárias para convidar o Jorge Seif Júnior, Secretário de Aquicultura e Pesca – SAP/MAPA, para prestar esclarecimentos sobre suas declarações sobre a liberação do consumo de pescados na região nordeste do Brasil

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, com base no art 255 do Regimento Interno que, ouvido esse plenário, adote as providências necessárias para convidar o Jorge Seif Júnior, Secretário de Aquicultura e Pesca – SAP/MAPA, para prestar esclarecimentos sobre suas declarações sobre a liberação do consumo de pescados na região nordeste do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Desde o dia 30 de agosto, o litoral brasileiro vem sofrendo com a proliferação de manchas de óleo que já alcançaram mais 314 localidades e de onde foram retiradas mais de 200 toneladas do produto das praias brasileiras.

A primeira política implementada pelo Poder Público, através do Ministério do Meio Ambiente, ao invés de buscar resposta para origem do problema, bem como apontar solução, foi negar, minimizar e distorcer os fatos. Primeiro acusando a Venezuela, país vizinho e logo na sequência responsabilizando embarcação pertencente ao Greenpeace, organização não governamental reconhecida mundialmente como defensora do meio ambiente. Tudo isso sem conseguir implementar uma política efetiva de proteção ao meio ambiente e a população local.

Na contramão da inércia governamental, a população, percebendo a omissão e irresponsabilidade do governo, se dispôs a atuar de forma voluntária para limpeza das praias, tendo num primeiro momento sido exposta ao produto sobre o qual a lesividade o governo pouco fala, mas que tem sido apontado por pesquisadores como causadores de tonteira, encefalia, vômitos, conjuntivite e até câncer, razão pela qual se indica que a limpeza seja feita por máquinas.

Outra situação que pode expor a população aos riscos desse derramamento é o consumo de pescados daquela região. A ministra da agricultura que havia proibido a pesca do camarão e da lagosta, resolveu em 30 de outubro autorizá-los, alegando desconhecer nocividade do consumo de tais produtos para a população.

Apesar de estranha, tal posição coaduna com a de quem também desconhece os malefícios dos agrotóxicos para a saúde da população à curto, médio e longo prazo. E pior, essas medidas se dão sem que seja apresentado algum estudo que aponte o mínimo de segurança alimentar.

Na mesma sintonia, observamos, estarecidos, a declaração do secretário de aquicultura, em uma live com o presidente Jair Bolsonaro. Segundo o secretário: “O peixe é um bicho inteligente. Quanto ele vê uma mancha de óleo ali, capitão, ele foge, ele tem medo” (...).

Como tal afirmação contradiz a posição de pesquisadores renomados, gostaríamos de convidar o Secretário de Aquicultura e Pesca para, em audiência pública, nos informar sobre o embasamento técnico de tais afirmações e ainda que ações a Secretaria está trabalhando para monitorar os possíveis malefícios dos alimentos consumidos.

Considerando que esta Comissão deve se pautar pela Defesa dos direitos do Consumidor, em respeito aos consumidores brasileiros, não pode se omitir diante dessa grave declaração.

Sala das Comissões, 05 de novembro de 2019

Dep. IVAN VALENTE
PSOL/SP